



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

RICHARD NEUBARTH É O NOVO DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO PORTO DE SANTOS

Oficial da União. Ele substitui Cleiton Alves dos Santos João Simões, que ficou oito anos no cargo
Por Fernanda Balbino 01.07.20 6h49

O chefe da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Alfândega de Santos, Richard Fernando Amoedo Neubarth, é o novo delegado da Receita Federal no Porto de Santos. A nomeação foi publicada nesta terça-feira (30), no Diário Oficial da União.

Neubarth substitui Cleiton Alves dos Santos João Simões, que ficou oito anos no cargo. A mudança é aguardada desde fevereiro, quando completou o mandato do delegado. A escolha aconteceu após um processo seletivo interno da Receita Federal iniciado no ano passado.

Neubarth, ingressou na Receita Federal, em janeiro de 2002, na Inspetoria da Receita Federal em Corumbá (MS). Em agosto de 2004, ele passou a atuar na Alfândega de Santos.

Dois anos depois, passou a se dedicar à área de combate a crimes. Depois, em 2009, foi nomeado chefe da Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho da Alfândega de Santos em 2009.

Esta área também é responsável pelas apreensões de drogas no cais santista. No ano passado, 27 toneladas de entorpecentes foram flagradas no cais santista. De janeiro até ontem, outras 10,4 toneladas foram interceptadas no complexo.

A avaliação de auditores da Receita é a de que cada quilo da droga pode valer US\$ 50 mil (mais de R\$ 200 mil) na Europa. O crescimento das apreensões no Porto de Santos pode ser resultado de vários fatores, incluindo aumento de produção, do tráfico e das ações de fiscalização, como o uso de tecnologias.

Novo posto

Segundo a Alfândega, o auditor-fiscal, Cleiton Alves dos Santos João Simões, que atuou no cargo de delegado deste fevereiro de 2012, continuará na aduana. No entanto, não foi revelado o novo posto do profissional.

O uso de tecnologias que modernizaram procedimentos, como a implantação da Central de Operações e Vigilância (COV) e o escaneamento de contêineres, que possibilitou um salto na apreensão de drogas no Porto de Santos, foram destaques da gestão de Simões.

A criação do Centro de Atendimento ao Contribuinte, que funciona no térreo do edifício-sede da Alfândega, no Centro de Santos, é outro exemplo destacado pelo auditor.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 01/07/2020

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

LOGÍSTICA BRASIL É A NOVA IDENTIDADE DA USUPORT-RJ E PLANEJA EXPANSÃO

Redação Portogente

A Associação dos Usuários dos Portos do Rio de Janeiro (USUPPORT-RJ) assumiu abrangência nacional e, a partir de 8 de junho de 2020, passou a ser denominada Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística - LOGÍSTICA BRASIL. A mudança se fez necessária porque mais de 80% do trabalho da entidade se concentra em ações de âmbito federal e cerca de 95% de todas as atividades são realizadas em nome do interesse público e coletivo, que envolvem os setores portuário, de transportes e de logística.

A diretoria chegou à conclusão de que o regionalismo presente no antigo nome não estava condizente com os objetivos da Associação e, de certa maneira, chegava a dificultar os planos de expansão. "Percebemos que carregar um nome regional, de certa forma, começou a trazer algumas dificuldades desnecessárias à boa fluência do nosso trabalho. Além do nome, chegamos à conclusão de que nosso antigo estatuto, da forma como estava disposto, não contribuía com a nossa evolução e com as causas nas quais estamos envolvidos", detalhou o Diretor-Presidente da LOGÍSTICA BRASIL, André de Seixas.



https://portogente.com.br/images/seixas_rj_logistica_brasil.jpg

Seixas em evento realizado pela Associação sobre cabotagem em 2019

Nos mais de cinco anos de criação, a LOGÍSTICA BRASIL alcançou resultados diversos e significativos em âmbito nacional, despertando interesses de agentes de outros Estados da Federação que desejam a ela se unir. Um dos marcos da história da Associação foi seu protagonismo nos trabalhos que resultaram na publicação da resolução normativa da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários (RN-18), considerada uma quebra de paradigma na navegação brasileira. A LOGÍSTICA BRASIL também continua com suas frentes em defesa da cabotagem, para criação de um ambiente competitivo entre as empresas, lutando pela participação de mais players no mercado, para que os embarcadores possam operar em ambiente com concorrência.

A LOGÍSTICA BRASIL verifica pontos importantes da Agenda Regulatória ANTAQ para o biênio 2020-2021, inseridos graças à atuação da Associação. Entre eles, estão o desenvolvimento da metodologia para determinar abusividade na cobrança de sobre-estadia de contêineres e o aprimoramento da transparência na cobrança dos valores extra-frete [taxas, sobretaxas e Terminal Handling Charge (THC) ressarcimento] do transporte marítimo, ambos resultados de denúncias da USUPPORT-RJ ao Tribunal de Contas da União (TCU). A agenda também elencou a padronização das rubricas dos serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres e definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares, outro resultado obtido pela Associação.

A Associação enxerga que o transporte marítimo no Brasil sempre esteve distante conhecimento da maioria das pessoas, embora seja de tamanha importância no dia-a-dia de todos, já que grande parte dos itens de consumo é transportada nesse modal. "Em razão dessa falta de conhecimento, abusos concorrenciais vêm sendo praticados nesse mercado que, há décadas, é controlado por um pequeno grupo de grandes empresas estrangeiras, travestidas de brasileiras. Atenta a isso, a LOGÍSTICA BRASIL vem atuando incansavelmente para colocar luz sobre o setor, impedindo que práticas anticoncorrenciais se propaguem e lutando para a consolidação de um ambiente concorrencial no setor", destacou o Diretor de Transportes Aquaviários da Associação, Abraão J. Salomão.

A missão da LOGÍSTICA BRASIL abrange todo conceito de logística de transportes: transportes aquaviários, transportes terrestres, portos, aeroportos, construção naval, serviço de praticagem, apoios marítimo e portuário, agenciamentos marítimo e de cargas, dentre outros. O poder de voto em Assembleia Geral continuará sendo exclusividade dos associados da categoria Donos de Cargas, empresas embarcadoras, exportadoras e importadoras. Como entidade nacional, a

LOGÍSTICA BRASIL poderá nomear diretores e gerentes regionais e constituir filiais, inclusive no exterior. O novo estatuto prevê uma nova categoria de associados, chamada de “Entidades”, através da qual poderão se associar à LOGÍSTICA BRASIL outras associações, sindicatos, conselhos, federações e confederações.



Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística

https://portogente.com.br/images/logistica_brasil.jpg

Outra novidade é que os associados mantenedores, os que não são da categoria de Donos de Cargas, poderão propor demandas à Associação, por meio do Conselho Diretor, com pleito tecnicamente embasado, que tenha aderência aos objetivos da LOGÍSTICA BRASIL e que não apresentem conflitos de interesses com a categoria Donos de Cargas. Caberá ao Conselho Diretor avaliar os pleitos e submetê-los à Assembleia Geral para avaliação. Esta é uma forma de incentivar e garantir igualdade e plena participação de todos que se associarem à LOGÍSTICA BRASIL, independentemente da categoria que estejam inseridos como associados.

Os demais membros do Conselho Diretor (Ildo Schneider, Primeiro Vice-Presidente; Ulysses Martins Souza, segundo Vice-presidente e Euzi Duarte Martins, Diretora Executiva) esperam que a assunção deste novo desafio mantenha a Associação cada vez mais firme no caminho da defesa do equilíbrio entre os donos de cargas e seus prestadores de serviço, fazendo com que a entidade seja cada vez mais vigilante. “O horizonte se amplia, porém o foco de cada embate será mantido”, afirmam os membros do Conselho Diretor. E concluem: Reafirmamos nossa disposição para que as experiências positivas e os resultados obtidos no Estado do Rio de Janeiro possam ser compartilhados e aplicados junto a cada um dos líderes locais que assumirem as unidades regionais da LOGÍSTICA BRASIL. Da nossa parte, receberão todo suporte para que ofereçam o melhor a cada associado”.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 01/07/2020

VENTOS FORTES CASTIGAM REGIÃO SUL E PREVISÃO É DE RESSACA EM SANTOS E NO RJ

Por Bruno Merlin

O Serviço Meteorológico da Marinha do Brasil informa que há previsão de forte ressaca, com ondas de 2,5 a 3,5 metros de altura, na faixa litorânea entre os estados de Santa Catarina, ao norte de Florianópolis, e do Rio de Janeiro, ao sul de Arraial do Cabo, na região dos Lagos. A previsão é de ressaca e ventanias nestas regiões entre a manhã do dia 1º de julho e a noite do dia 2 de julho.

A região Sul do Brasil vem sendo castigada por ventos fortes nesta terça-feira, 30 de junho, com registros de intempéries nos portos de Imbituba e Itajaí. Também foram registrados a destruição de imóveis e possíveis vítimas fatais. Os ventos de direção Noroeste a Sudoeste podem ter ultrapassado a intensidade de 115 km/h (63 nós).

Em Santos, cidade que abriga o principal porto da América Latina, a previsão é de vendavais, menos intensos do que na região Sul, mas com incidência de chuvas e raios.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 01/07/2020

COMÉRCIO EXTERIOR: MAIS UM ANO DIFÍCIL

Editor Portogente

O empresário Milton Lourenço, presidente da Fiorde Logística Internacional, se mostra decepcionado com o cenário atual. "Apesar das apostas e previsões otimistas do governo para a economia brasileira, feitas ao final de 2019, a verdade é que hoje é muito difícil dizer que haverá um ano melhor do que o anterior, pois os fatos e as circunstâncias que se apresentam em âmbito mundial sugerem um tempo bastante difícil em todo o planeta e, conseqüentemente, no Brasil", analisa.



<https://portogente.com.br/images/exporta%C3%A7%C3%A3o.jpg>

Exportação

Nesse contexto de incertezas no mundo, segundo ele, como provam as quedas significativas nas bolsas de valores registradas nos últimos dias nos Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e Japão, as nossas principais empresas também têm sido atingidas. "Basta ver que as ações da Petrobras negociadas na Bolsa de Nova York caíram. Esses efeitos já começam a ser sentidos no País, comprometendo ainda mais as previsões dos analistas para 2020 que, a rigor, já eram pouco otimistas, e, portanto, insuficientes para atender às necessidades brasileiras."

Por isso, diz que o comércio exterior brasileiro, que há alguns anos vem se sustentando principalmente nas exportações de commodities agrícolas e no minério de ferro, parece destinado a continuar nessa sina, pois nas importações não se verifica o ingresso de máquinas e equipamentos destinados à modernização de nossas indústrias. "Pelo contrário, o que se constata é uma retração nos investimentos estrangeiros, que ficam em stand by à espera de melhor momento de investir, principalmente nas empresas multinacionais já instaladas no País. Diante disso, o nosso parque industrial corre o risco de ficar, em pouco tempo, defasado tecnologicamente, o que pode gerar um sério problema para a nossa economia."

Ele critica, ainda, que não se vê uma ação mais efetiva do empresariado brasileiro em busca de novos mercados para os produtos made in Brazil. "Na verdade, há uma inexplicável dependência dos empresários às iniciativas governamentais na promoção dos produtos, situação que já ocorreu no passado, mas que hoje não serve mais, pois agora tudo ocorre numa velocidade absolutamente incompatível com a lerdeza que caracteriza a ação dos governos em geral e, em especial, do brasileiro."

Por fim, Lourenço, ainda cita a questão política institucional do Brasil: "A via para aumentar as exportações passa por um esforço maior dos nossos empresários, ainda que, diante de dificuldades macroeconômicas, o governo possa, senão eliminar, ao menos minimizar eventuais problemas de ordem legal e/ou cambial que impeçam a indústria e o comércio de competir no mercado externo. Mas, de um presidente da República que desconhece a liturgia do cargo e pouco conhecimento demonstra para se colocar à frente da articulação de uma política externa, o comércio exterior brasileiro pouco pode esperar. Nessas circunstâncias, parece claro que esse momento de incertezas poderá ser superado apenas com ações e esforços da iniciativa privada."

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 01/07/2020

ISTOÉ
Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PETROBRAS ESPERA ASSINAR CONTRATOS DE REFINARIAS ESTE ANO E FECHÁ-LOS EM 2021

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que está feliz com as propostas recebidas para a Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, e que a próxima oferta vinculante que será recebida se refere à Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná.

Sem querer especificar o número de propostas recebidas, o executivo se limitou a comemorar as ofertas em meio à crise financeira trazida pela pandemia.

“Sem dúvida nenhuma não há motivo para ficar desanimado, foi o primeiro grande ativo colocado este ano em momento muito grave para todos, ficamos felizes”, disse Castello Branco em live promovida pelo jornal Valor Econômico.

Segundo ele, os investidores interessados nas oito refinarias da empresa postas à venda não estão manifestando desistência. “Não tivemos desistências entre as propostas não vinculantes, alguns pediram adiamento, para conseguir mais tempo para avaliar o mercado e captar funding”, explicou.

“Nossa expectativa ainda é assinar contratos de refinaria este ano, pode ser que alguma coisa fique para 2021, e o fechamento das transações será ao longo de 2021”, informou o executivo.

Gaspetro

Castello Branco também se disse otimista com a conclusão da venda da Gaspetro este ano, que está na fase de seleção do vencedor das propostas vinculantes já entregues. “É possível que até o final do ano feche a transação (da Gaspetro)”, sinalizou, informando que a sócia Mitsui na Gaspetro até o momento não demonstrou interesse de exercer seu direito de preferência para aumentar sua fatia na empresa.

BR Distribuidora

O presidente da Petrobras disse que a bolsa de valores não cria neste momento um ambiente amigável para o follow on da BR Distribuidora. Em live, o executivo afirmou que a intenção de vender a parcela recente que a petroleira tem na distribuidora continua. “Não aconteceu até agora pelo mercado de capitais. A bolsa brasileira foi uma das que mais caiu. E isso não cria um ambiente amigável para follow on. Temos que ser pacientes e aguardar momento certo”, disse.

Braskem

Sobre a Braskem, ele comentou que está trabalhando com a Odebrecht, a outra parceira no negócio, para revisar várias questões, inclusive a de Alagoas, onde alguns bairros de Maceió afundaram por conta da produção de sal-gema da petroquímica, e a do acordo de acionistas.

“Estamos trabalhando para algo que permita vender Braskem em oferta pública. Mas é algo para se fazer com paciência, não deve acontecer nos próximos meses”, disse.

Ativos

Castello Branco voltou a falar sobre a intenção da companhia de vender ativos de campos terrestres e de águas rasas. E disse que a Petrobras vai focar em águas profundas, onde se pode extrair melhores retornos financeiros. Ele disse que essa decisão vai beneficiar pequenas e médias empresas de exploração de petróleo. “Ganha a Petrobras porque promove a alocação de recursos para ativos de melhor retorno e ganham também os Estados do Nordeste e Amazonas”, comentou.

Segundo ele, o Campo do Azulão, que era da Petrobras, foi vendido para a Eneva, que está investindo R\$ 1,8 bilhão nesse campo. "Todos ganharam (com essa operação)."

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 01/07/2020

DECRETO CONFIRMA PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO E MP LIBERA R\$ 101,6 BI PARA PAGAMENTOS

O governo federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira decreto que confirma a prorrogação do auxílio emergencial por dois meses. A renovação do benefício foi anunciada na terça pelo presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ao todo, serão repassados R\$ 1,2 mil, nos meses de julho e agosto, com R\$ 600 em um mês e mais R\$ 600 no outro.

Na tarde de ontem, Guedes afirmou que o pagamento do auxílio deverá ocorrer em quatro vezes, em uma "aterrissagem inteligente". Antes, o governo havia dito que os repasses seriam feitos em três etapas.

O decreto não detalha o cronograma dos depósitos, mas estabelece que os trabalhadores elegíveis poderão ser atendidos com a prorrogação do benefício desde que façam o pedido até esta quinta-feira, dia 2.

A extensão do programa vai custar à União R\$ 101,6 bilhões. Uma medida provisória que abre crédito extraordinário nesse valor também foi publicada nesta quarta-feira. A verba será destinada ao Ministério da Cidadania para fazer os pagamentos.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 01/07/2020



EXTRA ONLINE

USINAS DO BRASIL JÁ FIXARAM VENDAS DE 3,3 MI T DE AÇÚCAR DA SAFRA 2021/22

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - Usinas brasileiras já fixaram vendas de 3,3 milhões de toneladas de açúcar da safra do ano que vem na bolsa de Nova York (ICE), um volume relativamente elevado para esta época do ano, informou nesta quarta-feira a Archer Consulting, em sua primeira estimativa de fechamento de negócios para a temporada 2021/22.

"Em dez anos de acompanhamento das fixações de preços de açúcar para exportação das usinas, esta é a primeira vez que temos uma situação de razoável volume já fixado para a safra seguinte, ou seja, usinas fixando preços de açúcar em NY com mais de doze meses de antecipação", disse o sócio-diretor da Archer, Arnaldo Correa, em nota. "Coisa rara", ressaltou ele.

Segundo o consultor, "as usinas estão muito mais conscientes da necessidade de se ter uma gestão de risco focada no resultado".

O valor médio apurado das fixações é de 1.456 reais por tonelada (FOB Santos), considerando o prêmio de polarização. Os dados consideram apuração até 31 de maio.

"Boa parte do volume fixado ocorreu na aceleração da desvalorização do real em relação ao dólar, portanto, nos meses de abril e maio, justamente quando as cotações em NY despencavam em centavos de dólar por libra-peso", frisou o consultor, em relatório.

Ele preferiu não estimar o percentual da safra de 2021 com vendas fixadas, porque fazer isso neste momento "é indigesto exercício de futurologia".

Em meados do mês passado, a Archer havia apontado que as usinas do Brasil tinham fixado preços para exportações de 21,1 milhões de toneladas de açúcar da safra atual (2020/21), com base em contratos negociados na ICE, em Nova York, até 31 de maio --o equivalente a cerca de 89% dos embarques projetados para a temporada.

Fonte : Extra Online

Data : 01/07/2020

PETROBRAS ELEVARÁ DIESEL EM 6%, NA 3ª ALTA SEGUIDA; GASOLINA AUMENTARÁ 3%

Por Gabriel Araujo e Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras anunciou reajuste médio de 6% para o diesel vendido em suas refinarias a partir de quinta-feira, em momento em que registra uma melhora na demanda, enquanto a gasolina terá elevação de 3%, informou a companhia nesta quarta-feira por meio da assessoria de imprensa.

O movimento é a terceira alta consecutiva no preço do diesel, combustível mais utilizado no Brasil, depois de reajustes de 7% no final de maio e de 8% em meados de junho.

Para a gasolina, é o sétimo aumento seguido, em tendência vista desde o início de maio.

Com os reajustes, o preço médio do litro do diesel nas refinarias da estatal passa a ser de 1,6017 real, maior nível desde o final de março, segundo dados compilados pela Reuters.

Apesar disso, o combustível ainda acumula queda de 31,6% em 2020, após forte impacto na demanda em decorrência da pandemia de coronavírus. Em relação às mínimas do ano, registradas entre final de abril e meados de maio, o valor do combustível tem recuperação de 22,5%.

Para a gasolina, o novo reajuste eleva o preço médio nas refinarias da Petrobras a 1,5788 real/litro, mais alto nível desde o final de fevereiro. A cotação segue se afastando das mínimas do ano, vistas no fim de abril --quando o litro chegou a valer 0,916 real--, embora ainda acumule queda de 17,6% no ano.

As recentes altas nos preços dos combustíveis acompanham uma recuperação no valor do petróleo no mercado internacional. O barril do petróleo Brent, que chegou a ser negociado a cerca de 16 dólares em abril, avançou mais de 150% desde então e já custa mais de 40 dólares, após uma recuperação na demanda e um acordo entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e aliados para redução de oferta.

A Petrobras defende que sua política de preços segue a paridade de importação, levando em conta o valor de referência internacional da commodity e os custos para importadores, como transporte e taxas portuárias, com impacto também do câmbio.

Nesse sentido, o real apresenta forte desvalorização frente ao dólar neste ano, o que também contribui para o aumento nos preços dos combustíveis. No semestre terminado na terça-feira, a divisa norte-americana acumulou salto de 35,56% ante a moeda brasileira.

O presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sergio Araujo, disse à Reuters que o reajuste anunciado pela Petrobras "ajuda, mas não resolve" a situação dos importadores, que lidam com cotações internas que limitam seus negócios.

"As janelas continuam fechadas para importações", ressaltou ele.

MELHORA NA DEMANDA

Além disso, as elevações ocorrem em um momento em que a Petrobras verifica uma recuperação na demanda por combustíveis, com as vendas de diesel chegando a ultrapassar os níveis

registrados antes da queda brusca motivada pela crise sanitária e econômica, segundo apresentação realizada por um executivo da empresa em conferência na segunda-feira.

Apesar de a pandemia de Covid-19 estar no pico no Brasil, com mais de 1,4 milhão de casos confirmados, muitos Estados e municípios já iniciaram processos de reabertura econômica e flexibilização dos isolamentos.

As refinarias da Petrobras têm operado com taxas de utilização em níveis bastante próximos dos registrados no pré-pandemia.

O repasse de reajustes nas refinarias até os consumidores finais não é imediato e depende de uma série de questões, como margem da distribuição e revenda, impostos e adição obrigatória de biodiesel.

*Fonte : Extra Online
Data : 01/07/2020*

PETROBRAS VÊ MAIS DE 20% DO QUADRO ADERIR A PLANOS DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA, DIZ CEO

Por Sabrina Valle

RIO DE JANEIRO (Reuters) - A Petrobras registrou a adesão de cerca de 10 mil funcionários a planos de demissão voluntária, disse o presidente-executivo da companhia, Roberto Castello Branco, ao participar de uma transmissão ao vivo nesta quarta-feira.

O número representa cerca de 22% do quadro da companhia, que tem mais de 45 mil empregados, segundo ele.

Castello Branco disse ainda que a petroleira estatal tem como meta chegar a um total de cerca de 30 mil funcionários no longo prazo.

*Fonte : Extra Online
Data : 01/07/2020*



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS QUER REDUZIR NÚMERO DE EMPREGADOS DE 46 MIL PARA 30 MIL

Segundo presidente da estatal, Roberto Castello Branco, 22% da força de trabalho já aderiram a programas de demissão voluntária

Por Ramona Ordoñez



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24509540-8f9-471/FT1086A/652/xpetro.jpg.pagespeed.ic.cs5M2f9DXv.jpg>

Castello Branco: Petrobras vai reduzir funcionários para operar de modo "mais eficiente". Foto: Sergio Moraes / REUTERS

RIO - A Petrobras vai reduzir seu quadro de pessoal dos atuais 46,6 mil empregados para cerca de 30 mil com os Planos de Demissão Voluntária (PDVs) que realizou, somados à venda das oito refinarias, o que deverá acontecer no próximo ano.

Os vários PDVs realizados pela Petrobras se encerraram na última terça-feira e tiveram uma adesão de aproximadamente 10 mil empregados, representando cerca de 22% do total atual.

A informação foi dada nesta quarta-feira pelo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, ao explicar que só neste ano outros 2 mil empregados já deixaram a companhia.

Está prevista ainda a saída de mais uma parcela de funcionários até o fim deste ano, e outra no próximo.

— Pretendemos trabalhar com 30 mil pessoas —disse Castello Branco em videoconferência com jornalistas. — Com a saída dos que aderiram ao PDV, vamos para uns 35 mil, e com a venda das refinarias provavelmente devemos ficar com algo próximo a 30 mil, que é o suficiente para que a companhia continue a operar bem, com custos mais baixos e de forma mais eficiente.

Castello Branco também adiantou que até o fim deste ano a Petrobras vai reduzir à metade o número de prédios que ocupa em todo o país para suas atividades — de 17 prédios para apenas oito.

— Vamos até o final de 2020 com a redução do número de empregados e, com a adoção do home office, vamos chegar a oito prédios ocupados pelas nossas áreas administrativas no Brasil — destacou.

O executivo lembrou que mesmo antes da pandemia a Petrobras já tinha diminuído o número de escritórios no exterior de 18 para apenas cinco, além de estar reduzindo o número de empregados expatriados, que é "uma mão de obra cara".

O executivo voltou a explicar que o trabalho em home office para os empregados da área administrativa, adotado desde fins de março por conta da pandemia, será mantido até o fim deste ano.

No entanto a companhia já está se preparando para adotar mais tarde o teletrabalho para pelo menos metade dos empregados da área administrativa, após a pandemia do novo coronavírus.

Já nas áreas operacionais o retorno ao trabalho presencial será gradual, dependendo das condições sanitárias de cada localidade, tanto no Brasil como no exterior.

Viu isso? Mulher do dono da Embelleze diz que empresa não apoia ações antirracistas para não afetar 'o bolso'

Estão sendo estudadas mudanças nos turnos de trabalho nas refinarias (normalmente de 8 horas), pois, segundo Castello Branco, alguns empregados estariam pleiteando turnos de 12 horas.

Fonte : *Jornal O Globo - RJ*
Data : 01/07/2020

CORONAVÍRUS: PETRÓLEO FICARÁ ABAIXO DE US\$ 40 POR UM LONGO TEMPO, SE PANDEMIA SÓ FOR CONTROLADA COM VACINA

Segundo o IBP, em um cenário mais positivo, petróleo pode ter preços de até US\$ 70 o barril
Por Ramona Ordoñez



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24370961-4b5-510/FT1086A/652/x86343833.jpg.pagespeed.ic.9INlrZWJqu.jpg>

Plataforma no Campo de Marlim, Bacia de Campos Foto: Agência Globo

RIO - Se a pandemia do novo coronavírus só conseguir ser controlada pelo surgimento de uma vacina, vai resultar na mudança do comportamento do consumo de de petróleo no mundo, que ficará cotado abaixo dos US\$ 40 o barril por um longo período, com momentos abaixo dos US\$ 20. O

cenário consta do estudo feito pelo Instituto Brasileiro do Petróleo (IPB), sobre a "Retomada do setor de Óleo & Gás.

Nesse cenário, a retomada completa ocorreria somente com o surgimento de uma vacina, o que modificaria o comportamento do consumidor. Sem uma articulação dos países produtores, haveria uma redução superior a 10% no consumo de petróleo e derivados para o médio prazo e nível de estoques próximo à capacidade máxima até 2021.

De acordo com o estudo do IBP, em um cenário mais otimista, mesmo sem desenvolvimento de uma vacina para a Covid-19, mas considerando que as medidas de isolamento social funcionaram, e a pandemia é controlada, acordos para queda da produção mundial de petróleo compensam a redução da demanda.

Nesse caso, os preços do petróleo poderão se recuperar para patamares entre US\$ 60 e US\$ 70 o barril. Assim, a redução do consumo seria inferior a 5% e os níveis dos estoques retornariam ao patamar médio já em 2021.

Apesar da recuperação de demanda por petróleo prevista para o segundo semestre deste ano, o IBP, com base em estimativas veiculadas pelos diversos agentes de mercado, avalia que os impactos da Covid-19 deverão ser sentidos no setor de óleo e gás até o fim do próximo ano, acompanhando a tendência de também de queda no consumo final de energia primária.

O IBP destaca que o consumo de petróleo pela China terá papel importante nessa fase de recuperação do setor no Brasil. No primeiro trimestre deste ano, em meio aos impactos da pandemia, a balança comercial do setor de petróleo atingiu o maior saldo líquido em um primeiro trimestre na década.

De acordo com o estudo, maior parte desse resultado positivo na balança comercial veio da participação das importações chinesas, "com a Petrobras atingindo recorde de exportação para o país asiático em abril, o que, por sua vez, permitiu à empresa reduzir os cortes de produção anunciados para abril", afirma o IBP.

As importações da China de petróleo do Brasil cresceram 5% no primeiro trimestre do ano em relação a igual período no ano passado, no valor total de US\$ 3,4 bilhões.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 01/07/2020

COVID-19: GOVERNO BRASILEIRO PRORROGA POR MAIS 30 DIAS RESTRIÇÃO PARA ENTRADA DE ESTRANGEIROS NO PAÍS

Medida segue recomendação da Anvisa para evitar a disseminação rápida do novo coronavírus

Por Jéssica Moura

BRASÍLIA - A restrição para entrada de estrangeiros de qualquer nacionalidade no Brasil foi prorrogada por mais 30 dias. A medida do governo federal atende a uma recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira.

A determinação vale tanto para as viagens por rodovias e outros meios terrestres, como também para o tráfego aéreo e aquaviário. O período de restrição já tinha sido prorrogado em maio e junho.

A decisão considerou "a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde", em razão da pandemia do novo coronavírus. A ideia é reduzir os riscos de contaminação do novo coronavírus, que causa a Covid-19.

Quem descumprir a portaria fica sujeito a responsabilização civil, administrativa e penal. Também pode ser repatriado ou deportado e fica inabilitado de pedir refúgio no Brasil. A portaria

interministerial é assinada pelos ministros da Casa Civil, Walter Braga Netto; da Justiça, André Mendonça; da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas; e da Saúde, Eduardo Pazuello.

Contudo, o texto não se aplica a brasileiros natos ou naturalizados, imigrantes com residência definitiva no país, profissionais estrangeiros que trabalham no Brasil, passageiros em trânsito internacional que não vão sair da área internacional do aeroporto e os funcionários estrangeiros acreditados junto ao governo brasileiro.

Cônjuges, companheiros, filhos, pais ou curadores de brasileiros também não são atingidos pela restrição. Quem tem autorização do governo para atividades de interesse público ou questões humanitárias também pode entrar no Brasil. O mesmo se aplica aos portadores de Registro Nacional Migratório e transporte de cargas.

Nesta terça, a União Europeia confirmou que os brasileiros serão barrados na reabertura de suas fronteiras. O bloco divulgou a lista de 14 países com entrada permitida. Das Américas, apenas Uruguai e Canadá constam na lista.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 01/07/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BALANÇA COMERCIAL TEM SALDO POSITIVO DE US\$ 7,463 BILHÕES EM JUNHO

Sob impacto da pandemia, as exportações caíram 12% e as importações, 27,4%, na comparação com o mesmo mês de 2019

Por Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo



7,463 bilhões em junho Foto: Márcio Fernandes/Estadão

BRASÍLIA - Com queda significativa nas importações e recuo também nas exportações por causa da pandemia do coronavírus, a balança comercial brasileira registrou saldo positivo de US\$ 7,463 bilhões em junho, segundo dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia, nesta quarta-feira, 1º.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/9/9/1415927921299.jpg>

A balança comercial brasileira registrou saldo positivo de US\$

O saldo de junho ficou acima do registrado no mesmo mês do ano passado, quando o resultado foi positivo em US\$ 5,377 bilhões.

No mês passado, as exportações somaram US\$ 17,912 bilhões, uma queda de 12% ante junho de 2019. As importações chegaram a US\$ 10,449 bilhões, uma queda de 27,4% na mesma comparação.

No primeiro semestre, a balança comercial acumula superávit de US\$ 23,035 bilhões. O valor é 10,3% menor do que o mesmo período do ano passado. Houve um recuo de 6,4% nas exportações e de 5,2% nas importações do período.

Os produtos agrícolas impediram uma queda maior nas exportações no mês passado, com crescimento de 29,7% nos embarques. Houve queda, porém, nas vendas de produtos dos outros setores: 26,1% em indústria extrativa e 21,0% em bens da indústria de transformação.

Nas importações, houve recuo 15,6% na agropecuária, queda de 22,3% em indústria extrativa e de 28,1% em produtos da indústria de transformação.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 01/07/2020

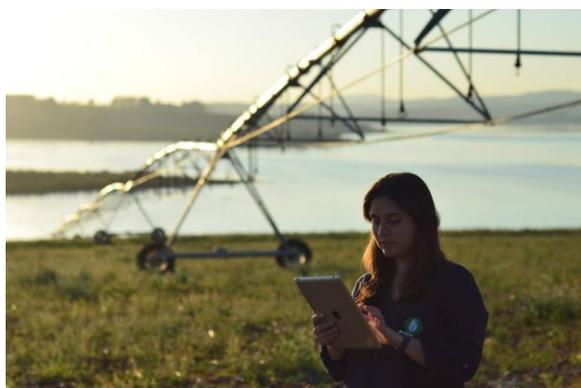
PROJETO QUE LEVA INTERNET AO CAMPO ATINGE 5,1 MILHÕES DE HECTARES EM UM ANO

Capitaneada inicialmente por oito empresas, a ConectarAgro se tornou uma associação e planeja oferecer conexão a 13 milhões de hectares

Por Leticia Pakulski, O Estado de S.Paulo

A iniciativa ConectarAgro, para levar conectividade via banda larga para o campo no Brasil, fechou seu primeiro ano com alcance de 5,1 milhões de hectares no País. O resultado superou o objetivo inicial de 5 milhões de hectares. Até 2021, a meta é atingir 13 milhões de hectares.

Capitaneada inicialmente por oito companhias - AGCO, Climate FieldView (Bayer), CNH Industrial, Jacto, Nokia, Solinftec, TIM e Trimble -, a ConectarAgro anunciou nesta quarta-feira, 1º, ter se tornado uma associação, com o objetivo de ampliar o número de participantes e as áreas atendidas.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/4/1505607216745.jpg>

A iniciativa ConectarAgro tem por objetivo levar conectividade via banda larga para o campo no Brasil. Foto: Epitácio Pessoa/Estadão

A criação do projeto foi anunciada na feira Agrishow do ano passado. "A gente vê a conectividade se expandindo de uma forma muito significativa nas cidades, mas tínhamos um grande problema de cobertura na área agrícola", diz o presidente da associação e diretor de Tecnologias Digitais da CNH Industrial para a América do Sul, Gregory Riordan.

A ConectarAgro oferece conexão 4G 700 MHz, buscando solucionar principalmente os problemas de conectividade do produtor rural, além de facilitar a adoção de tecnologias digitais de startups ou multinacionais.

"Após pouco mais de um ano de iniciativa, estamos com uma aspiração maior, que é levar conectividade para os rincões do Brasil", afirma Riordan. Segundo o executivo, a instalação custa em média ao produtor meia saca de soja por hectare, com potencial de retorno de a 2 a 3 vezes esse investimento.

O preço da saca de soja no Brasil varia de acordo com a praça. Na terça-feira, 30, levantamento diário do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) apontava valores no interior do País desde R\$ 97,62 a saca em Barreiras (BA) até R\$ 111,62 a saca em Ponta Grossa (PR).

As áreas contempladas no primeiro ano incluem 50 mil propriedades, 218 municípios e 24 mil km de rodovias, beneficiando 575 mil pessoas. Os 5,1 milhões de hectares também representam 8% da área plantada de grãos e cana-de-açúcar do País.

"Tem enorme potencial para levar isso para o restante do Brasil e em um curto espaço de tempo", acredita Riordan.

A decisão da ConectarAgro de se tornar associação busca ampliar o escopo do projeto. "Com essa nova formação, a gente consegue ter uma atuação maior e mais representativa em discussões com outras associações e com Brasília para remover barreiras que impedem uma aceleração maior da conectividade e abrir para mais pessoas participarem."

Segundo o executivo, 35 empresas já manifestaram interesse na ConectarAgro, dos segmentos de startups, financeiro, máquinas agrícolas, mídias sociais e sistemas de gestão. Será possível optar por uma entre três modalidades de associação, de acordo com o perfil da empresa.

No primeiro ano a iniciativa também alcançou 11,5 milhões de hectares com a plataforma Narrow Band IoT (NB-IoT), segundo o diretor de Marketing Corporativo e IoT da TIM Brasil, Alexandre Dal Forno. Até 2021, essa área pode chegar a 30 milhões de hectares.

Habilitadora de soluções de Internet das Coisas, a tecnologia é essencial para a conexão de dispositivos e sensores utilizados na agropecuária que precisam de baixa velocidade de conexão e longo tempo de bateria. "Uma única rede multisserviço conecta pessoas, máquinas e sensores usados no campo", afirma.

De acordo com Dal Forno, a ConectarAgro atendeu no primeiro ano oito Estados, com foco no Centro-Oeste e na região do Mapitoba. Ele exemplifica que em Mato Grosso e na Bahia, onde os municípios são muito grandes, há uma concentração de cobertura nas regiões metropolitanas, enquanto a área rural fica descoberta.

No Sul, a cobertura da área urbana em muitos casos já alcança também grande parte da área rural. "Essa diferença de tamanho de propriedades e característica de cobertura faz com que você tenha benefícios maiores com o que a gente está propondo em grandes Estados como Mato Grosso, Goiás e Bahia", disse.

Para 2021, entretanto, a iniciativa vai se expandir para a Região Sul, desenvolvendo projetos com cooperativas. "Uma das metas é como ajustar esses modelos de negócio que hoje fazem sentido para o grande produtor para alguém que é atendido por uma cooperativa ou está em um local em que tem um monte de áreas pequenas", avalia Riordan, citando a alternativa de financiamento coletivo. "É parte do objetivo da associação trazer esses novos modelos de negócio e talvez de uma forma mais personalizada por região de como levar conectividade."

Celeiro digital

Segundo o líder de negócios da Climate FieldView, braço de agricultura digital da Bayer, para a América Latina, Mateus Barros, a iniciativa acompanha a transformação do Brasil em um "grande celeiro" de soluções digitais. "Seja uma startup ou grande empresa, todos estão investindo na transformação digital no campo, então existe uma demanda real por conectividade. Hoje uma fazenda pode conectar tratores, estações meteorológicas, drones, sensores no solo, entre outros", aponta.

"Às vezes um produtor ou dois ou três grupos de produtores juntos nos procuram, e, quando se trata de pequenos agricultores, a cooperativa acaba sendo o principal porta-voz para representar essa necessidade", diz.

Conforme Barros, os benefícios da conectividade podem ser sentidos por produtores em aumento do rendimento e melhor uso de insumos e recursos na propriedade. "A nova fronteira da produtividade no agro vem através da transformação digital, que vai atuar fortemente na otimização de recursos e na produtividade a partir de dados, e a conectividade é a base de tudo isso."

Na avaliação do executivo, a pandemia do novo coronavírus aumentou a necessidade de produtores de soluções de comunicação, monitoramento, entre outras, que dependem de um bom acesso à internet.

Segundo Dal Forno, a pandemia acelerou a decisão do setor sobre conectividade, com 8 milhões de hectares atualmente em negociação pelo País, mas trouxe desafios para instalação. "Não paramos de implantar, só que tem uma velocidade menor por conta de todos os protocolos que as empresas do agro estão adotando, com isso há cronogramas um pouco mais extensos", afirma.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP
Data : 01/07/2020*

BANCO DO BRASIL VAI OFERECER R\$ 103 BI PARA O FINANCIAMENTO DA SAFRA DESTA ANO

Segundo executivos, valor pode até ser maior, com a emissão de títulos do agronegócio
Por Clarice Couto, O Estado de S.Paulo

O presidente do Banco do Brasil (BB), Rubem Novaes, nesta quarta-feira, 1º, que o banco vai oferecer R\$ 103 bilhões no Plano Safra 2020/21 para o setor agropecuário. "A agricultura será fundamental para retomada da economia brasileira", disse. "O agro brasileiro é decisivo para exportações, geração de divisas e crescimento da economia."



<https://img.estado.com.br/resources/jpg/5/5/1591674938655.jpg>

*Rubem Novaes, presidente do Banco do Brasil, disse que a instituição vai oferecer R\$ 103 bilhões no Plano Safra 2020/21 para o setor agropecuário
Foto: Amanda Perobelli/Reuters*

No evento de anúncio da linha de crédito, ele informou que o atendimento aos produtores rurais cresceu 7,2% de março de 2019 a março de 2020, somando R\$ 162 bilhões. A carteira total do BB (volume de recursos emprestados e ainda não quitados) chegou a R\$ 186,2 bilhões, garantindo ao banco participação de 55% no mercado de crédito para o agronegócio brasileiro.

O Banco do Brasil desembolsou R\$ 92,5 bilhões na safra 2019/20, "o maior desembolso da história do BB em um plano safra", segundo executivo, acrescentando que os recursos alcançaram 5.408 municípios.

Cerca de R\$ 640 milhões foram liberados em operações de custeio por meios digitais, como o aplicativo do banco. De acordo com Novaes, na safra 2019/20 foram liberados R\$ 4,3 bi por meio de Cédula de Produto Rural (CPR), com 80% das liberações realizadas pelo aplicativo do banco.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que participou do evento, destacou a relevância do agronegócio para a economia e o suprimento de alimentos no País durante a pandemia. "Mostramos para a sociedade brasileira a importância do agro para o abastecimento. Havia no início da pandemia uma preocupação com um possível desabastecimento."

O Ministério da Agricultura lançou o Plano Safra 2020/21 no dia 17 de junho, com previsão de oferta de R\$ 236,30 bilhões, 6,1% mais que em 2019/2020.

Em junho, a Pasta lançou também o CBI (Climate Bonds Initiative), um plano para fomentar os investimentos em títulos verdes emitidos pelo setor. De acordo com Tereza Cristina, em 15 dias algumas empresas do agronegócio já conseguiram captar recursos emitindo os chamados green bonds.

Títulos do agronegócio

Segundo o vice-presidente de Agronegócio do BB, João Rabelo, os desembolsos do banco na safra 2020/21 podem aumentar com a emissão de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), CPR (Cédula de Produto Rural) e CDCA (Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio).

"Mudanças na legislação, em especial com a Lei do Agro (sancionada no começo de abril), permitirão maior dinamismo aos títulos do agronegócio, como CRA, CPR e CDCA, que se tornarão fontes importantes de recursos para o setor. Estamos apostando que, com estes títulos, conseguiremos ir além dos R\$ 103 bilhões", contou Rabelo.

O Banco do Brasil deve lançar em breve o que Rabelo chamou de "CRA BB", para que produtores rurais possam captar recursos no mercado de capitais por meio da emissão de CRAs. Uma das ideias é que o dinheiro financie, por exemplo, operações do programa ABC (agricultura de baixo

carbono). "Estamos trabalhando na estrutura tecnológica para poder oferecer isso a um número maior de produtores", disse ele.

O diretor de Agronegócios do banco, Antonio Carlos Wagner Chiarello, afirmou que em dezembro o volume de recursos captados por CRAs no Brasil chegava a R\$ 42 bilhões e, por CDCAs, a cerca de R\$ 10 bilhões, número que, segundo ele, demonstram o interesse do mercado de capitais em papéis do agronegócio.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 01/07/2020

SAÍDA DO BNDES DA AES TIETÊ PODE ANTECIPAR VENCIMENTO DE DÍVIDAS

Por *Fernanda Guimarães e Luciana Collet*

A saída do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do capital da AES Tietê contará com um desafio adicional para o candidato a fechar o negócio. A escritura dos contratos das debêntures da companhia – que são da ordem de R\$ 4 bilhões – contém uma cláusula que prevê antecipação dos vencimentos, caso o banco de fomento deixe de ser acionista da distribuidora de energia.

Há algumas semanas, o BNDES contratou o BR Partners como assessor financeiro para a venda de sua fatia de 28,41% do capital total da empresa e as conversas com interessados vêm acontecendo. Nos bastidores, essa antecipação não vem sendo encarada como um problema, já que o comprador poderá negociar vencimentos com os credores ou mesmo substituir a dívida.

A AES Corp tem 24,35% do capital total da AES Tietê e negocia a aquisição. A companhia norte-americana, porém, teria mais dificuldades financeiras do que as concorrentes para completar a transação, comenta-se no mercado. Só que a AES Corp tem grande interesse na fatia do BNDES.

Se conseguir fechar a compra, bloqueará a Eneva. Neste ano, a empresa fez uma oferta hostil para aquisição das ações da AES Tietê, em recente imbróglio societário que precisou, até mesmo, de posicionamento da B3. A fatia do BNDES na geradora de energia vale um pouco mais de R\$ 1,5 bilhão na Bolsa.

A Eneva continua olhando com muito interesse à AES Tietê e pode, ainda, fazer um novo movimento para a aquisição – é o que se espera. Sua primeira empreitada acabou gerando um grande debate público que acabou reunindo os principais nomes do direito societário de importantes bancas do País para discutir as regras de listagem do Nível 2, da B3. Procurados, AES, Eneva e BNDES não comentaram.

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 01/07/2020

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

USIMINAS ANUNCIA REAJUSTE DE 10% NOS PREÇOS A PARTIR DE HOJE, DIZEM FONTES

Empresa segue as concorrentes que informaram ao mercado os aumentos nas últimas semanas

Por *Ana Paula Machado, Valor — São Paulo*

A Usiminas anunciou um reajuste de 10% nos preços da tonelada do aço a partir desta quarta-feira, apurou o Valor.

A empresa segue as concorrentes que informaram ao mercado os aumentos nas últimas semanas.

Na última teleconferência de resultados, em março, o diretor comercial da empresa, Miguel Homes, já havia sinalizado que a companhia poderia imprimir esse reajuste. Na época, segundo ele, a companhia avaliava o mercado para definir quando seria anunciada a medida. “O mais importante é equilíbrio entre a oferta e a demanda, mas, com os anúncios das retomadas das montadoras, isso acontecerá no curto prazo”, disse na época.

Segundo ele, o prêmio entre o preço do aço importado e o produzido no país estava em torno de 10% negativo, justificando o reajuste de preços.

Além da Usiminas, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) anunciou aumentos de 10,5%; a ArcelorMittal, de 8% a 10%; e a Gerdau, de 10% nos seus preços.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 01/07/2020*

PREÇO DO MINÉRIO DEVE CAIR NO 2º SEMESTRE

Normalização da oferta global vai pressionar cotações nos próximos meses, segundo analistas
Por Stella Fontes — De São Paulo 01/07/2020 05h00 Atualizado

A normalização da oferta de minério de ferro no mercado transoceânico deve pressionar os preços no segundo semestre e, embora analistas tenham revisado para cima as projeções de curto prazo, as novas estimativas ainda embutem queda em relação aos níveis vistos no fim de junho. Depois de superarem a marca de US\$ 100 por tonelada há cerca de um mês, as cotações começaram a dar sinais de perda de força na reta final do primeiro semestre.

De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com pureza de 62% no porto de Qingdao recuou mais 0,4% ontem, para US\$ 99,43 a tonelada, o menor preço desde 4 de junho. Na bolsa de mercadorias de Dalian, os contratos mais negociados com vencimento em setembro perderam 3,50 yuans, para 744,50 yuans por tonelada.

Com o desempenho negativo nesta semana, a matéria-prima do aço encerrou junho com desvalorização de 2,9% no mercado à vista. E, no primeiro semestre, o ganho acumulado foi reduzido a 7,9%.

De acordo com o analista Daniel Sasson, do Itaú BBA, a expectativa é a de acomodação dos preços ao longo do segundo semestre. O banco recém-elevou a estimativa média para a commodity em 2020, de US\$ 80 por tonelada para US\$ 85 por tonelada, diante do desempenho positivo no primeiro semestre. Mas as novas projeções indicam queda em relação aos preços atuais.

“Essa queda viria, principalmente, por conta de uma normalização da oferta. O Brasil teve uma oferta bem fraca de minério no primeiro trimestre e, a do segundo trimestre, tampouco parece ser tão boa. Houve problemas relacionados a clima na região Sudeste e problemas operacionais, como foi o caso da correia transportadora de S11D, que impactou a produção da Vale nessa operação por 10 dias em abril”, lembra o analista.

O banco suíço Julius Baer também reviu suas estimativas e elevou para US\$ 90 o preço projetado para o minério de ferro em três meses e a US\$ 80 por tonelada a cotação em 12 meses, mas segue cauteloso quanto ao desempenho da commodity. As novas projeções embutem queda frente aos preços atuais e refletem a visão do banco de que, estruturalmente, há mais oferta do que demanda nesse mercado.

Neste momento, escreveu em nota recente o chefe de pesquisa do banco, Carsten Menke, o avanço da pandemia de covid-19 no Brasil e o receio de que mais operações sejam paralisadas, a exemplo do que ocorreu com a Vale em Itabira (MG), devem sustentar as cotações mais perto de US\$ 100 por tonelada. Mas, para o longo prazo, a percepção é a de que o mercado está suficientemente abastecido.

“Como seguimos confiantes de que qualquer interrupção no fornecimento a partir do Brasil provavelmente seja temporária, acreditamos que a força atual dos preços deve desaparecer”, afirmou Menke, ponderando que o risco imediato de novas interrupções levou o banco a ajustar para cima as projeções de preço.

Segundo Sasson, do Itaú BBA, o segundo semestre é sazonalmente mais forte e a expectativa é de crescimento dos volumes de produção da Vale para cerca de 90 milhões de toneladas por trimestre, contra 59 milhões de toneladas nos três primeiros meses do ano.

A magnitude do impacto nos preços vai depender do comportamento dos compradores chineses. Na avaliação do Julius Baer, a commodity tem resistido à crise da covid-19 por causa da elevada exposição à China, responsável por cerca de 70% das importações globais, e da disposição do governo chinês de recolocar a economia nos trilhos o mais rápido possível. “Ao mesmo tempo, continuamos convencidos de que a demanda por aço na China acabará atingindo o pico, à medida que o país continue migrando para o crescimento via consumo, com reflexo na demanda de minério e empurrando os preços para baixo”, aponta.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 01/07/2020

ECORODOVIAS ESTUDA PARCERIAS E OFERTA DE AÇÕES PARA CRESCER

O grupo estuda dois leilões federais, das rodovias Dutra e BR-153, mas busca formas de garantir seu fôlego financeiro

Por Taís Hirata — De São Paulo 01/07/2020 05h01 Atualizado

Mesmo com a atual crise, a Ecorodovias segue interessada em novos leilões de rodovias. Para isso, a companhia avalia formar consórcios ou fazer uma oferta subsequente de ações (follow-on), na qual os atuais sócios poderiam injetar capital.

Há dois alvos em estudo: as rodovias federais BR-153, entre Tocantins e Goiás, e a Dutra, entre São Paulo e Rio de Janeiro. Ambos são leilões de grande porte, especialmente o da Dutra, cujo novo contrato deverá exigir R\$ 17 bilhões de investimento.

Em caso de vitória em um leilão, o grupo poderá recorrer a uma oferta de ações, afirmou ontem Marcello Guidotti, diretor financeiro e de relações com investidores, em teleconferência.

O executivo sinalizou que, caso a oferta se confirme, o grupo italiano Gavio deve ampliar seus investimentos. “A companhia tem manifestado interesse em crescer na Ecorodovias e no Brasil. [O eventual follow-on] está alinhado com a estratégia deles”, disse.

A empresa italiana já é controladora da Ecorodovias, ao lado do grupo brasileiro CR Almeida. O controle é compartilhado: cada um detém 50% da Primav Infraestrutura, que por sua vez tem 64% das ações ordinárias da holding de concessões.

Questionada pela reportagem sobre a possibilidade de os italianos assumirem o controle, a Ecorodovias disse que, em eventual follow-on, o aumento de capital seria feito via Primav, tanto pela Gavio quanto pela CR Almeida.

Outra possibilidade para ampliar o fôlego financeiro da Ecorodovias nos leilões é formar um consórcio, afirmou Guidotti. “Sabemos que o volume de investimento dos projetos são grandes. Se tivermos a oportunidade de um parceiro, será uma opção.”

Desde o início da crise, a Ecorodovias tem trabalhado para rolar dívidas que venceriam neste ano. Até agora, a empresa já conseguiu refinanciar R\$ 1,55 bilhão de um total de R\$ 3,37 bilhões de empréstimos que venceriam até dezembro. As negociações de créditos para o segundo semestre também estão avançadas.

A companhia encerrou o primeiro trimestre com resultados positivos, impulsionados principalmente pelo início da cobrança de pedágio nas concessões Eco050 (ex-MGO) e Eco135, além do reajuste tarifário médio de 1,4% nas demais rodovias.

O lucro líquido da empresa cresceu 8%, chegando a R\$ 148,1 milhões, e o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 20,6%, para R\$ 509,3 milhões no trimestre.

Porém, assim como nas demais operadoras do setor, a pandemia tem derrubado receitas. No acumulado de 2020, a queda no tráfego consolidado já é de 6,7% - se excluídas a Eco050 e Eco35, a retração estaria em 13,2%.

Em relação aos reequilíbrios, Guidotti diz que ainda não há uma definição sobre a metodologia de cálculo, que está sendo discutida com as demais empresas.

Em São Paulo, ele afirma que está em fase avançada a negociação de um aditivo para a Ecovias dos Imigrantes, que liga a capital paulista à Baixada Santista

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 01/07/2020

GUEDES PEDE ALTERAÇÕES E MP DAS AÉREAS É RETIRADA DA PAUTA, DIZ RELATOR

A Medida Provisória 925, que vai ajudar as empresas do setor aéreo durante a pandemia da covid-19, só será votada na próxima terça (7)

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, enviou nesta terça-feira (30) pedidos de alterações no parecer do deputado Arthur Maia (DEM-BA) à Medida Provisória (MP) 925, editada para ajudar as empresas do setor aéreo durante a pandemia da covid-19, e, com isso, a proposta não será mais votada hoje pela Câmara dos Deputados.

Arthur Maia afirmou que não havia tempo para analisar o documento antes da sessão desta terça-feira e, por isso, a votação acabou adiada para a próxima terça-feira (dia 7 de julho). "Não acho que temos risco de que perca a validade, porque ainda faltarão nove dias", disse o parlamentar ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor.

O relator, que no parecer prevê a extinção de taxas e mudanças nos pagamentos das outorgas de concessão de aeroportos, reclamou dos pedidos de última hora e disse que todo o projeto foi construído em conjunto com o Ministério da Infraestrutura. "É mais fácil falar com Deus do que com o Paulo Guedes, mas aí, na hora da votação, ele aparece", ironizou.

Empresas tentam aproveitar MP para diminuir ações judiciais

A companhias aéreas tentam aproveitar a medida provisória (MP) que mudou regras de remarcação de passagens durante a pandemia para diminuir os litígios judiciais por atrasos ou cancelamentos, que têm crescido muito com a criação de startups e representaram gastos de R\$ 311 milhões em 2017, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O relator, Arthur Maia (DEM-BA), acatou emenda para determinar que o passageiro terá que comprovar que houve "efetivo prejuízo" de sua extensão para receber uma indenização por dano extrapatrimonial (danos morais) em decorrência de falha na prestação dos serviços. Caso aprovada essa norma, os danos não poderão ser presumidos.

Para Maia, o Brasil é o único país do mundo que obriga a empresa a indenizar o passageiro quando o atraso ou cancelamento não é culpa dela. "Se o avião não decolou porque estava com problema, a empresa não fez a manutenção correta e não tinha outro para reposição, tudo bem. Mas não faz sentido cobrar dano moral se a culpa não é dela", disse. Ele culpa as startups por aumento dos litígios e diz que isso é uma "vigarice" e que o custo das indenizações acaba repassado para todos os clientes na forma de passagens mais caras.

Segundo o advogado Léo Rosenbaum, as decisões judiciais, via de regra, têm concedido danos morais em casos de cancelamento de voos ou atrasos maiores de sete horas. “A jurisprudência no STJ [Superior Tribunal de Justiça] é de que os danos morais são presumidos. Não mudou o que os juízes julgam como danos morais, mas esse tipo de processo aumentou muito por causa da criação de startups, que conseguem captar clientes na internet”, disse.

Já o relator afirmou, no parecer, que essas medidas foram sugeridas pelo Ministério da Infraestrutura “para a melhoria do ambiente de negócios do setor aéreo no país”, “de forma a reduzir custos e riscos enfrentados na prestação de serviços aéreos”. “O reequilíbrio contratual deve ter como balizador o princípio da proporcionalidade, com vistas a evitar a onerosidade excessiva das partes, diante desse contexto imprevisto”, escreveu.

Além disso, o parecer diz que a empresa não responderá por dano material ou extrapatrimonial “quando comprovar que, por motivo de caso fortuito ou força maior, foi impossível adotar medidas necessárias para evitar o dano” ao passageiro, como atraso ou cancelamento do voo.

Esses casos “fortuitos” em que não haverá indenização, segundo o texto, serão: condições meteorológicas adversas que restrinjam pousos e decolagens, indisponibilidade da infraestrutura aeroportuária, determinações das autoridades de aviação civil ou de outros órgãos públicos e decretação de pandemia. A empresa continuará obrigada a oferecer assistência material e alternativas de reacomodação ou reembolso do serviço.

Outras alterações

Arthur Maia também propôs, em consonância com o governo, a extinção do Adicional à Tarifa de Embarque Internacional, que custa US\$ 18 e está em vigor desde 1997. Segundo ele, esse custo as vezes representa 20% do preço da passagem para destinos na América do Sul e afastava a entrada de empresas “low cost” no país. O fim valerá a partir de 2021. Em 2018, essa tarifa adicional representou arrecadação de R\$ 704 milhões para o fundo da aviação civil (FNAC).

O relator ainda determina que a tarifa de conexão será paga, agora, diretamente pelo passageiro, discriminada no valor da passagem, como já ocorre com as tarifas de embarque e desembarque. Essa taxa é hoje paga pela companhia aérea – o relator argumenta que o valor vai para o preço da passagem e a mudança aumentará a transparência.

O parecer prevê que, em caso de cancelamento da passagem ou do voo, a empresa aérea deverá “adotar as providências necessárias para a imediata interrupção da cobrança” de parcelas ainda não pagas. Hoje as empresas têm emitido créditos ou reembolsos, mas sem paralisar a cobrança, mesmo que o voo tenha sido cancelado.

O texto libera o saque de parte do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de aeronautas e aeroviários que tiveram jornada reduzida ou o contrato de trabalho suspenso, permite o uso do FNAC para empréstimos a detentores de concessão aeroportuária ou para prestação de serviço de transporte aéreo.

A proposta ainda determina que as renegociações das outorgas de concessões de aeroportos serão reduzidas em no máximo 50% do valor original ou elevadas em até 75%. Caberá ao poder concedente (o governo) permitir a substituição da outorga fixa pela outorga variável, mantido o valor presente líquido original.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 01/07/2020

VENDA DOS 51% DA PETROBRAS NA TBG ESBARRA EM DEBATE SOBRE TARIFA DE TRANSPORTE NO GASODUTO

“Queremos tarifa bem mais baixa. Isso se traduziria em preço mais baixo para o consumidor”, disse Castello Branco na Live do Valor

Por Rafael Rosas, Valor — Rio 01/07/2020 12h39 Atualizado

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou na Live do Valor desta quarta-feira que há um “problema” que atrapalha o processo de venda dos 51% de participação da petroleira na TBG. Segundo ele, há uma divergência quanto à tarifa de transporte no gasoduto. “Queremos tarifa bem mais baixa. Isso se traduziria em preço mais baixo para o consumidor”, disse Castello Branco, afirmando que a indefinição dessa situação traz incertezas para possíveis compradores da fatia da estatal na TBG.

O executivo ressaltou que uma decisão sobre essa questão tiraria uma “nuvem” sobre a venda da TBG, tornando mais “célere” a venda dos 51% da Petrobras na empresa.

Segundo ele, a próxima refinaria a receber propostas não-vinculantes deverá ser a Repar, no Paraná.

Castello Branco disse ainda que a expectativa da empresa é assinar alguns contratos de venda de refinarias ainda este ano, com fechamento das transações ao longo de 2021.

Sobre as operações da petroleira, o presidente da Petrobras destacou que as atividades foram normalizadas já em abril, graças à decisão de fortalecer a área de vendas, especialmente as vendas externas, e a de logística.

“Reagimos inicialmente cortando produção, reduzindo fator de utilização das refinarias, mas já em abril retornamos à produção normal, com as refinarias aumentando fator de utilização. Partimos mais agressivamente para exportar petróleo bruto e óleos combustíveis”, disse, lembrando que em abril houve recorde de exportação de petróleo bruto e maio teve recorde de exportação de óleo combustível.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 01/07/2020

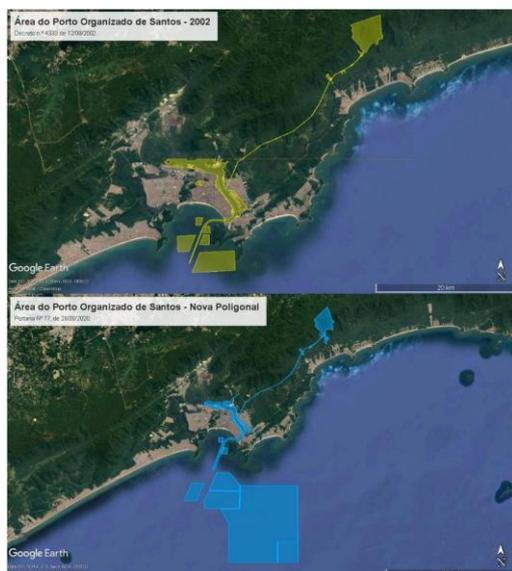


G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DO GLOBO

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA APROVA NOVA POLIGONAL DO PORTO DE SANTOS

Definição do novo perímetro administrativo atualiza o traçado em vigor desde 2002. Portaria foi publicada nesta terça-feira (30).

Por G1 Santos



[https://s2.glbimg.com/UpLJKelPfhkjYbhmlnybsR3a_YQ=/0x0:904x1018/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/2/m/LGKvXkRHWbFy4Y63AsGA/portoorganizado.jpg](https://s2.glbimg.com/UpLJKelPfhkjYbhmlnybsR3a_YQ=/0x0:904x1018/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/2/m/LGKvXkRHWbFy4Y63AsGA/portoorganizado.jpg)

Antes e depois da nova poligonal do Porto de Santos — Foto: Divulgação/Ministério da Infraestrutura

Novos limites jurisdicionais do Porto de Santos, no litoral de São Paulo, foram oficializados pelo Ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas. A Portaria nº 77, que delimita a área do porto organizado, foi publicada nesta terça-feira (30). A nova poligonal retira terminais de uso privado e incorpora terrenos para novos arrendamentos.

De acordo com informações do Ministério da Infraestrutura (MInfra) e da Santos Port Authority (SAP), a

definição do novo perímetro administrativo atualiza o traçado em vigor desde 2002 e adapta o porto organizado à Lei dos Portos (12.815, de 2013), que diferencia terminais arrendados dos privados justamente pelo que está dentro ou fora da poligonal.

A nova área do porto organizado de Santos traz várias novidades em relação à antiga delimitação. A principal definição é a clara delimitação da área do porto organizado, por meio de 79 polígonos identificados com precisão, o que garantirá que o porto e a comunidade portuária saibam exatamente onde inicia e termina a competência da autoridade portuária.

Com a nova definição de áreas, haverá garantia de segurança jurídica ao próprio porto, aos municípios, órgãos e entidades da administração pública e à sociedade em geral na execução de seus projetos e atividades, e no exercício de suas atribuições.

A mudança abre caminho para a aprovação do novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), em substituição ao que está em vigor há 14 anos e não atende às demandas operacionais atuais. O novo PDZ prevê o arrendamento de áreas até então fora da jurisdição da Autoridade Portuária.

“São mudanças estruturais para que possamos avançar na modernização do Porto de Santos, o principal equipamento do comércio exterior do País, alinhado às diretrizes do planejamento da infraestrutura nacional”, afirmou o presidente da Santos Port Authority (SPA), Fernando Biral, em nota divulgada pela autoridade portuária.

"Após 18 anos, a nova poligonal estabelece um marco para a modernização do Porto de Santos ao permitir a concretização do planejamento de longo prazo de acordo com as diretrizes do Mlnfra de tornar o Porto mais racional e eficiente. É mais um importante passo no processo que antecede a desestatização do principal porto do País, um dos principais projetos do programa de concessões do governo do presidente Jair Bolsonaro", disse o ministro Tarcísio, em nota divulgada pelo Mlnfra.

Confira outras alterações importantes:

1. Resolução de conflitos fundiários históricos entre o porto, a Secretaria do Patrimônio da União e o município de Santos;
2. Reconhecimento da comunidade de Conceiçãozinha, no Guarujá, onde residem centenas de pessoas, como área de interesse público para fins de regularização fundiária e urbanística;
3. Respeito às faixas de domínio ferroviário concedidas pela União a particulares;
4. Incorporação de áreas da União estratégicas para o desenvolvimento do porto, como terrenos na Alemoa, nas vias perimetrais e adjacências, nas margens direita e esquerda, e a estrada de acesso à Ilha Barnabé;
5. Retirada da jurisdição portuária de áreas ocupadas por pequenas instalações portuárias, em Guarujá, o que permitirá sua regularização junto à SPU e à ANTAQ;
6. Retirada dos trechos terrestres ocupados pelo Terminal da DP World da área do porto organizado;
7. Compatibilização de projetos privados e públicos na região, por meio da adequação dos limites do porto organizado a empreendimentos bilionários formatados para a região, como o dos terminais Brites e Santorini;
8. Compatibilização da delimitação dos espaços aquáticos da jurisdição portuária às delimitações das estruturas de acesso, evolução e fundeio de embarcações, consolidadas pela Marinha do Brasil e o INPH;



https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170113-plataforma_de-petroleo-Petrobras1.jpg

A produção brasileira de petróleo cresceu 7,8% em 2019, atingindo a marca de 2,8 milhões de barris/dia. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o aumento foi liderado pela oferta de petróleo do pré-sal, que alcançou média de 1,7 milhão de barris/dia no ano, o que correspondeu a cerca de 62,3% da produção do país.

A produção de gás natural subiu 9,5% em 2019, marcando o décimo ano consecutivo de aumento, e atingindo 123 milhões de metros cúbicos/dia. Na área do pré-sal, a produção de gás natural manteve o aumento de sua participação no total nacional, correspondente a 57,9%.

Em nível mundial, a produção de petróleo foi liderada pelos Estados Unidos, com 17,045 milhões de barris diários, elevação de 10,97% em relação a 2018. Em seguida, aparecem Arábia Saudita, com produção de 11,832 milhões de barris e queda de 3,50%; e Rússia, com 11,540 milhões de barris/dia, aumento de 0,89% frente o ano anterior.

Os dados constam do Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2020, que traz a evolução do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis em 2019, no Brasil e no mundo. O anuário foi publicado hoje (30) pela ANP em seu portal.

Biocombustíveis

No setor de biocombustíveis, a produção de biodiesel superou em 10,3% o total registrado no ano de 2018 devido, em especial, ao aumento do teor de mistura no óleo diesel de 10% para 11%. Já a produção de etanol foi 6,9% superior à de 2018, atingindo a marca histórica de 35,3 bilhões de litros. Como resultado do aumento da produção, as vendas de etanol hidratado cresceram 16,3% em 2019, face à maior competitividade dos preços desse combustível em relação à gasolina C.

Devido ao aumento da produção doméstica, as exportações de petróleo alcançaram no ano passado o maior valor da série histórica: 1,2 milhão de barris/dia, aumento anual de 4,4%. Já as importações de petróleo cresceram apenas 1,7%, de acordo com a ANP.

A produção nacional de derivados mostrou estabilidade em 2019, alcançando 1,8 milhão de barris/dia, equivalente a 76,5% da capacidade instalada de refino. As vendas de derivados pelas distribuidoras, por sua vez, evoluíram 0,7%, destacando as vendas de óleo diesel, com alta de 3%.

Licitações

As rodadas de licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás no Brasil foram outro destaque no ano passado, segundo a ANP. A 16ª Rodada de Licitações sob o regime de concessão, realizada em outubro de 2019, arrecadou em bônus de assinatura mais de R\$ 8,9 bilhões, enquanto a 6ª Rodada de Partilha e a Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa arrecadaram juntas cerca de R\$ 75 bilhões. A ANP realizou ainda no ano passado o 1º Ciclo da Oferta Permanente, cuja arrecadação atingiu R\$ 22,3 milhões em bônus de assinatura.

Em 2019, o volume de obrigações da cláusula dos contratos de concessão, partilha e cessão onerosa, relativas aos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) atingiu R\$ 1,9 bilhão. Já o montante gerado de participações governamentais somou R\$ 56 bilhões em 2019, crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/07/2020

TERMINAL DE GRANEL SÓLIDO VEGETAL DO MUCURIBE NO ROL DE CONCESSÕES DO GOVERNO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 30/06/2020 - 21:24



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170618-porto-do-mucuripe-fortaleza.jpg>

Equipamento ocupa uma área total de 6 mil m² e tem capacidade de escoamento da produção de até 769 mil toneladas em 25 anos

O Terminal de Granel Sólido Vegetal do Mucuripe é outro ativo na lista de concessões do Governo Federal. No próximo dia 6 de julho, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realiza a segunda audiência pública para tratar dos documentos técnicos e jurídicos do processo aberto no último dia 8 de junho.

A sessão tem início às 15 horas e será transmitida pelo canal do órgão no YouTube. No entanto, para se manifestar, é preciso credenciamento na data, entre 10 e 14 horas, pelo WhatsApp: (61) 2029-6940. As mensagens serão respondidas em um prazo de até 30 dias por meio de vídeo, áudio ou por escrito (todas pelo WhatsApp).

A agência também explica que irá criar uma sala de reunião pelo aplicativo “Microsoft Teams”. O interessado, no ato da inscrição, deverá encaminhar seu endereço eletrônico de login no “Teams”.

Terminal

O Terminal de Granel Sólido Vegetal do Mucuripe ocupa uma área total de 6 mil m² e tem capacidade de escoamento da produção de até 769 mil toneladas (25 anos). É destinado à movimentação, armazenagem e distribuição de cargas – com destaque para o trigo.

Para concorrer da licitação, os interessados devem participar do processo on-line até 23h59 do dia 22 de julho. O lance inicial é de R\$ 56,7 milhões e o vencedor realizará investimentos em infraestrutura para garantir a operação, incluindo obras de derrocamento no berço 103 e aquisição de equipamento ship unloader (descarregador de navios). A outorga será de R\$ 63.231,54 mensais e mais R\$ 1,54 por tonelada movimentada para a Companhia Docas do Ceará (CDC). O vencedor da licitação irá assumir o equipamento por 25 anos.

“A expectativa é muito boa para a licitação do Terminal de Granel Sólido Vegetal do Porto de Fortaleza, uma vez que este tipo de carga vem apresentando uma curva de crescimento muito satisfatória para a Companhia

Docas do Ceará. E não será diferente do sucesso que tivemos com o Cais Pesqueiro e de outras áreas que serão arrendadas em breve”, afirma Mayhara Chaves, diretora-presidente da CDC.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/07/2020

PROPOSTAS DE MUDANÇAS DO AFRMM E FMM PREOCUPAM SETOR NAVAL

Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 30/06/2020 - 21:11

Atualmente estão sendo discutidos, no Congresso Nacional, dois projetos que interferem diretamente no Fundo da Marinha Mercante (FMM) e no Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Embora com propostas distintas, os projetos reduzem os recursos do FMM e preocupam o setor naval, sobretudo a indústria, conforme afirmou o presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena), Luis de Mattos, durante Live realizada pela

Revista Portos e Navios, sobre a 'Relevância do FMM no Setor Naval e Offshore', nesta terça-feira (30).



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170710-navio-mar.jpg>
Arquivo

Um desses projetos, o Projeto de Lei Complementar (PL 137/2020), do deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE), visa liberar R\$ 177,7 bilhões de recursos de 29 fundos setoriais para o combate à pandemia, incluindo do Fundo da Marinha Mercante (FMM). E, apesar de considerar importante o propósito do PL, Mattos questiona também a necessidade de que o fundo seja mantido para garantir que a economia continue girando e os empregos sejam mantidos. “Quando a quarentena acabar e as pessoas terem para onde voltar é importante”, disse. A proposta deve ser votada pela Câmara dos Deputados ainda esta semana.

O outro projeto trata-se da Proposta de Lei (PL 3129/2020) da senadora Kátia Abreu (PP/TO). Um dos pontos da PL é a redução gradativa da alíquota do AFRMM. Segundo destacou Mattos, caso seja aprovada essa mudança, em 2024 o adicional de frete deixará de existir. Porém, considerando que a maior parte dos recursos destinados ao FMM são provenientes do adicional, em cinco anos, o fundo também tende a acabar.

Diante desse cenário, ele afirmou que o país precisa decidir primeiro qual sua vocação. Caso adote a indústria como o caminho, o país deve “perder muito” com essas medidas. Além dessa proposta, o PL da senadora ainda defende a liberação total do afretamento a casco nu, o que para Mattos também pode ser ruim para a indústria naval brasileira. Ele explicou que atualmente os armadores podem trazer embarcações de fora, no entanto, existe uma contrapartida para isso, que ele construa no país. Dessa forma, sem essa contrapartida, como propõe a senadora, ele acredita que futuramente não irá mais existir Empresa Brasileira de Navegação (EBN), nos moldes como a conhecemos hoje, mas apenas uma empresa comportando-se como um agente de afretamento.

Mattos entende que caso a escolha do país não seja pela indústria naval, pode-se perder muito com isso, visto que já existe um parque industrial instalado no país, grupos importantes de engenheiros, entre outros aspectos consolidados. Entretanto, apesar de defender a importância do FMM, ele ressalta a necessidade de que sejam feitas melhorias no fundo para que ele possa ser utilizado de forma mais eficiente, gerando, assim, mais competitividade para o setor.

Entre as medidas que Mattos defende para a melhor destinação dos recursos do FMM, está a elaboração de módulos para a construção de FPSO. Segundo ele, os estaleiros no Brasil podem usar esses recursos para a realização de mais projetos de módulos. Ele explicou que, considerando a regra de conteúdo local, é possível que o casco do FPSO seja construído fora do país, por exemplo, enquanto os estaleiros no Brasil elaboram os módulos do FPSO para exportação. Para ele, isso possibilita mais competitividade para a construção naval brasileira.

Outra medida que pode ser revista pelo FMM é sua utilização para a manutenção preditiva e preventiva. De acordo com ele, a legislação sobre o fundo quando foi escrita ainda era possível utilizar os recursos para reparo. Mas hoje, com as novas tecnologias como a Internet das Coisas, o diagnóstico remoto, que permite o conhecimento sobre o que acontece a bordo, parece não fazer mais sentido, segundo ele, “esperar quebrar” a embarcação para utilizar os recursos do fundo.

Além desses aspectos, ele acredita que deve ser encontrada também uma solução para os problemas de garantia das empresas para o financiamento de construção, reparação ou docagem. Ele afirmou que isso é um ponto de discussão importante e que motivaria mais empresas a buscarem o fundo. Segundo ele, empresas como a Petrobras possuem “musculatura” para equacionar essa questão, porém, talvez outras empresas não tenham.

Embora Mattos acredite que essas questões possam resolver algumas dificuldades para que os projetos de construção saiam do papel, ele destacou também que devem ser consideradas as mudanças de oferta e demanda que vêm ocorrendo no mercado atual. Ele afirmou que tanto a oferta quanto a demanda são diferentes para os diferentes segmentos. “A questão do escoamento de grãos no Norte do país tem uma demanda hoje maior do que embarcações de apoio offshore como foi no passado”, exemplificou.

Mattos lembrou ainda que o setor naval seja muito amplo e que os vários segmentos que o compõem são afetados de formas distintas pelas mudanças que podem ocorrer no FMM. “Você tem também os segmentos de mercado. E neste caso a cabotagem é uma realidade, a navegação interior é outra, o apoio é outra, talvez um pouco próximo de apoio portuário, mas também é outra realidade. Mas o que tem em comum é que todos usam o FMM de uma forma ou de outra”, disse.

Apesar das dificuldades referentes aos usos do fundo, Mattos destacou que nos últimos anos, o país construiu mais de 200 embarcações de apoio offshore. E, segundo ele, isso não só movimentou muito os estaleiros como permitiu a criação de um cluster de construção naval em Itajaí (SC). “É um lugar de excelência, com estaleiros muito bons, toda uma cadeia de fornecedores ao redor do estaleiro. E o FMM contribuiu para isso”, afirmou. Ele disse ainda que com o auxílio do fundo fossem construídas 400 balsas nos últimos, e permitiu também a existência de mais dois clusters, um em Manaus e outro em Belém.

Perdeu a Live? Confira no IGTV da Portos e Navios no Instagram.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/07/2020